

# Diagnóstico do Grau de Maturidade das Compras Governamentais

---

## 1 Dados do Município:

Nome do Município: **Olinda/PE**

Grau de Maturidade Inicial (Visão): 3/10

Grau de Maturidade Final (Após o Diagnóstico): 6/10

Nome	Email	Telefone
<b>Nathalia Suedy Oliveira Carvalho da Silva</b>	nathalia.carvalho@live.com	81 98522 0111
<b>Patrícia Alves de Oliveira</b>	patriciaalvesdeoliveirah@gmail.com	81 995201894
<b>Arthur Paiva César de Albuquerque</b>	arthurpcalbuquerque@gmail.com	81 99188-9471
<b>Karoline Saraiva Zovka</b>	karolinezovka@gmail.com	81 996825462
<b>Luciana Lopes do Rego Barros</b>	lucianadoregobarros@gmail.com	81 987481564

## 2 Objetivo

Avaliar a maturidade dos municípios em relação às práticas de planejamento, contratação e controle das compras públicas, com foco na conformidade com a Lei 14.133/2021 e na promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

## 3 Estrutura do Diagnóstico

O diagnóstico será composto por:

- Visão Geral das Compras governamentais e o Novo Paradigma das Contratações Públicas Previstas pela Lei 14.133/2021;
- Formulário estruturado com base nos artigos 1º ao 88 da Lei 14.133/2021;
- Avaliação da lógica de planejamento;
- Suporte para elaboração do Plano Anual de Compras;
- Integração com soluções do SEBRAE: Contrata+Brasil, Credenciamento e Compras Estratégicas;

## 4 Formulário Estruturado de Compras

### 4.1 Analise os principais aspectos Positivos e Negativos na sua política pública de compras governamentais do município

Veja orientações do facilitador quanto à forma de lapidação dos argumentos do município com base em escrutínio lógico/ racional, com suporte em inteligência artificial para organização de ideias.

- **Parte 1:** Check list com marcações sobre o tema (procure compor de 3 a 5 temas);
- **Parte 2:** Transforme em argumentos completos que expressem a ideia do município sobre os temas abordados na parte 1.

#### 4.1.1 Aspectos Positivos:

O município de Olinda encontra-se em fase de reorganização do seu sistema de contratações públicas, adotando uma abordagem baseada em processos estruturantes. As ações incluem a formação e preparação das equipes, capacitação dos órgãos demandantes, a padronização ainda em processo dos procedimentos de contratação, bem com a implantação de artefatos de apoio e a execução de uma estratégia consistente de capacitação continuada das equipes internas.

#### 4.1.2 Aspectos Negativos:

Apesar dos avanços observados, o Município de Olinda ainda enfrenta desafios relevantes na consolidação de um sistema de contratações públicas plenamente estruturado. Entre os principais pontos críticos, destacam-se a ausência de regulamentação própria da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), a escassez de equipes técnicas especializadas nas unidades demandantes, a estrutura jurídica ainda em fase inicial de adaptação à nova sistemática legal e a inexistência de processo eletrônico unificado para tramitação das contratações, o que dificulta a rastreabilidade e a transparência dos procedimentos. Soma-se a esses fatores a alta rotatividade de servidores (“fuga de talentos”), que compromete a continuidade das ações e a retenção da memória institucional, além da ausência do Plano de Contratações Anual (PCA), essencial para o planejamento estratégico e a integração das demandas municipais.

#### 4.1.3 Lições a serem aprendidas e objetivos de futuro

O diagnóstico evidencia a necessidade de consolidar uma governança integrada das contratações públicas, fortalecendo a cultura do planejamento e o protagonismo das

unidades demandantes. As lições aprendidas apontam para a importância de estruturar equipes permanentes, regulamentar internamente a Lei nº 14.133/2021 e adotar soluções tecnológicas que garantam eficiência, rastreabilidade e transparência em todas as fases do processo de contratação.

#### ***4.1.3.1 Visão Geral de Futuro:***

A visão de futuro para o Município de Olinda consiste em estabelecer um sistema de contratações públicas moderno, digital e orientado por resultados, sustentado em normas próprias, processos padronizados e equipes técnicas capacitadas. Busca-se consolidar um modelo de gestão que una planejamento estratégico, governança participativa e uso intensivo de tecnologia, de modo a assegurar maior eficiência, integridade e qualidade nas entregas públicas.

#### ***4.1.3.2 Curto Prazo (um ano):***

No curto prazo, o foco deve estar na elaboração do regulamento municipal da Lei nº 14.133/2021, na implantação do Plano de Contratações Anual (PCA) e na capacitação das unidades demandantes e jurídicas para aplicação prática da nova legislação. Também é prioritário iniciar a padronização dos artefatos e a implantação do processo eletrônico de contratações, visando promover a integração dos fluxos e a uniformização documental, além de fortalecer a política de retenção de talentos e valorização das equipes técnicas. Paralelamente, torna-se essencial investir na formação continuada dos servidores quanto ao uso de novas tecnologias, incluindo ferramentas de Inteligência Artificial aplicadas à gestão pública, de modo a ampliar a eficiência, a análise de dados e a automação de rotinas administrativas ligadas às contratações.

#### ***Médio Prazo: (Cinco Anos)***

Em médio prazo, objetiva-se a plena consolidação do sistema de contratações públicas eletrônicas, com processos totalmente digitalizados, padronizados e monitorados por indicadores de desempenho. Pretende-se ainda instituir um núcleo permanente de governança e inovação nas contratações, responsável por revisar continuamente os instrumentos, aprimorar os controles internos, promover formação continuada e garantir a sustentabilidade institucional do modelo adotado.

#### **4.1.3.3 Longo Prazo: (15 Anos)**

No longo prazo, o Município de Olinda deve almejar a consolidação de um ecossistema de contratações públicas plenamente digital, inteligente e sustentável, baseado em dados integrados, automação de processos e uso estratégico de Inteligência Artificial para apoio à decisão, análise preditiva e monitoramento de desempenho. Pretende-se alcançar um modelo de governança pública inovadora, capaz de promover contratações mais ágeis, transparentes e orientadas por resultados, assegurando eficiência na aplicação dos recursos e maior valor público nas entregas à sociedade. Nesse horizonte, busca-se também consolidar uma cultura institucional de aprendizado contínuo e transformação tecnológica, com servidores preparados para atuar em um ambiente de gestão pública moderna, ética e tecnologicamente avançada.

### **FORMULÁRIO DE DIAGNÓSTICO - GRAU DE MATURIDADE EM COMPRAS GOVERNAMENTAIS POR TEMA**

**Finalidade:** Identificar o estágio de maturidade institucional dos municípios pernambucanos em relação às práticas de contratação pública.

## **4.2 Eixos de Avaliação:**

### **4.2.1 Governança e Planejamento das Contratações**

#### **4.2.1.1 Aspectos Positivos**

Com base nos pontos positivos e negativos anteriores, verifica-se um engajamento institucional ainda em processo de amadurecimento, voltado à adoção de processos estruturantes, à implantação de artefatos de apoio e à consolidação de uma cultura de planejamento orientada por resultados, eficiência e boas práticas de governança pública.

#### **4.2.1.2 Aspectos Negativos**

Apesar dos avanços, o Município ainda enfrenta desafios relevantes no fortalecimento da governança e do planejamento das contratações, notadamente a ausência de regulamentação própria da Nova Lei de Licitações e Contratos, a carência de equipes técnicas permanentes e multidisciplinares nas unidades demandantes e a inexistência de um Plano de Contratações Anual (PCA) formalizado e integrado ao planejamento orçamentário. A rotatividade de servidores dificulta a consolidação de conhecimento institucional e a ausência de um processo eletrônico de contratações compromete a rastreabilidade, a transparência e a eficiência das etapas procedimentais.

#### **4.2.1.3 Alternativas de Solução**

Como alternativas de solução, recomenda-se a edição de regulamento municipal próprio da Lei nº 14.133/2021, a instituição formal do Plano de Contratações Anual (PCA) e a estruturação de equipes permanentes e multidisciplinares nas unidades demandantes, com definição clara de papéis e responsabilidades. É fundamental avançar na implantação de um sistema eletrônico de contratações, garantindo transparência, rastreabilidade e eficiência nos fluxos processuais. Além disso, propõe-se a adoção de um programa contínuo de capacitação e valorização dos servidores, com ênfase no uso de tecnologias emergentes e ferramentas de Inteligência Artificial aplicadas à gestão pública, a fim de promover o amadurecimento institucional e a consolidação de uma cultura de planejamento estratégico nas contratações.

### **4.2.2 Capacitação e Gestão de Pessoas**

#### **4.2.2.1 Aspectos Positivos**

O Município tem investido na qualificação das equipes de licitação e nos órgãos demandantes, com foco em formação técnica e padronização de procedimentos.

#### **4.2.2.2 Aspectos Negativos**

Persistem carência de servidores efetivos, alta rotatividade e lacunas de capacitação continuada, sobretudo em tecnologias digitais e novas legislações.

#### **4.2.2.3 Alternativas de Solução**

implementar programa permanente de capacitação e retenção de talentos, priorizando o domínio da Lei nº 14.133/2021 e o uso de ferramentas tecnológicas e de IA.

### **4.2.3 Gestão de Riscos e Controle Interno**

#### **4.2.3.1 Aspectos Positivos**

#### **4.2.3.2 Aspectos Negativos**

#### **4.2.3.3 Alternativas de Solução**

### **4.2.4 Digitalização e Sistemas**

#### **4.2.4.1 Aspectos Positivos**

O município demonstra empenho e interesse em modernizar seus processos e iniciar a transição para sistemas digitais.

#### **4.2.4.2 Aspectos Negativos**

Por limitação orçamentária, falta um processo eletrônico unificado, o que limita a rastreabilidade, a transparência e a eficiência das contratações.

#### **4.2.4.3 Alternativas de Solução**

Implantar sistema eletrônico de gestão de contratações e treinar servidores para o uso de tecnologias digitais e inteligência artificial.

### **4.2.5 Sustentabilidade e Inclusão Econômica**

#### **4.2.5.1 Aspectos Positivos**

Há interesse institucional em incorporar critérios de sustentabilidade e inclusão nas compras públicas.

#### **4.2.5.2 Aspectos Negativos**

A ausência de diretrizes normativas e indicadores ambientais ou sociais limita a efetividade dessas práticas.

#### **4.2.5.3 Alternativas de Solução**

Elaborar política municipal de contratações sustentáveis, com metas de inclusão produtiva e critérios ambientais mínimos.

#### **4.2.6 Integração com MPE e Desenvolvimento Local**

##### **4.2.6.1 Aspectos Positivos**

O município demonstra abertura para fortalecer a participação das micro e pequenas empresas nas Licitações.

##### **4.2.6.2 Aspectos Negativos**

Falta política estruturada de incentivo às MPes e comunicação ativa com o setor produtivo local.

##### **4.2.6.3 Alternativas de Solução**

Implementar programa de compras locais com capacitação de fornecedores e simplificação de editais.

#### **4.2.7 Aderência à Lei 14.133/2021**

##### **4.2.7.1 Aspectos Positivos**

O município iniciou a adequação de suas práticas à nova legislação e promove capacitações específicas sobre o tema.

##### **4.2.7.2 Aspectos Negativos**

Ainda não há regulamentação municipal nem total integração dos processos à nova lei.

##### **4.2.7.3 Alternativas de Solução**

Editar regulamento próprio, revisar fluxos e instituir comitê de acompanhamento para garantir plena conformidade à Lei nº 14.133/2021.

### **PERGUNTAS CHAVES**

#### **Governança e Planejamento:**

- Quais são as alternativas de suporte ao planejamento da Contratação do Sebrae;
- O município elabora e publica o PCA no PNCP? Em construção.
- Existe integração entre o setor de planejamento e o setor de compras? Em construção.

**Digitalização:**

- Quais sistemas o município utiliza para compras públicas?
  - ( ) compras.gov.br
  - ( ) PNCP
  - ( ) Sistema próprio
  - (X) Não utiliza sistemas digitais

**Inclusão Econômica (perguntas Lei Complementar 123/2006):**

- Qual a interação com a Sala do Empreendedor na divulgação de compras;
- Qual a interação e informação dos fornecedores para fazer frente às oportunidades do Município;
- São aplicados todos os benefícios da Lei Complementar 123/2006;
- Quais são as estratégias de desenvolvimento local e regional?
- Qual a integração das políticas públicas de sustentabilidade, agricultura familiar e desenvolvimento econômico das MPE.

Assinatura das Equipes que participaram deste processo de diagnóstico.

Atenção: Isso representa apenas o resultado da atividade prática da dinâmica realizada em sala de aula, não correspondendo à posição oficial do município sobre o tema